COMO A FORMAÇÃO DOCENTE PODE AJUDAR AS CRIANÇAS NA INCLUSÃO ESCOLAR

KELLY DA SILVA

RESUMO
Atualmente tem se visto muitos professores em apuros e com grandes desafios a nível pedagógico, quando se trata das mudanças tecnológicas que propuseram um novo ambiente social, isso deve motivá-lo a construir e utilizar novas mídias para dinamizar a aprendizagem em todo o seu processo onde o aluno assim possa fortalecer sua prática docente. Quando se trata de desafios em que os professores enfrentam em sala de aula é a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais (NEE), o que exige uma mudança para que sua prática pedagógica possa melhorar a qual não foram preparados durante a sua formação profissional. Muitos professores não cumpriram o sentido humanístico deste processo, que se baseia no reconhecimento dos pontos fortes do aluno com NEE, e em vez de o facilitarem, tornaram-no tão complexo que por vezes causaram o seu fracasso. Este artigo apresenta uma análise teórica, baseada em fontes documentais, sobre a necessidade imediata da Universidade reestruturar os currículos de seus cursos de graduação em educação, de modo que permitam a construção de um novo perfil docente que, antes de tudo, sendo investigador, isso permitir-lhe-á reforçar a sua formação contínua e permanente.

Palavras-chave: Mudanças; Novas Mídias; Professores.

INTRODUÇÃO

Na Unidade Escolar de ensino, ocorre uma imersa no que se refere o processo educativo, o que motiva uma mudança no papel do professor do ponto de vista pedagógico e dos seus meios de aprendizagem, onde é obrigado a conviver na sala de aula com alguns elementos tecnológicos que podem facilitar ou dificultar o processo de aprendizagem porque a criança é na verdade um nativo digital devido ao ambiente social, que convive de elementos tecnológicos desde o seu nascimento e durante o seu crescimento, criando nele a necessidade de se conectar para pertencer a um grupo social (família, amigos, colegas, etc.) e também ter acesso a informações sobre sua família, escola, realidade local, nacional e global.

Diante do exposto, podemos conceituar a ciência e pedagogia - tecnologia e meios de aprendizagem - sociedade e instituição educacional e a estreita relação que mantêm com o processo de inclusão escolar na Colômbia para compreender sua realidade, o papel do professor e como ele tem foram capacitados para enfrentar esse processo; Em seguida, levanta-se a importância da realização de uma adequada profissionalização ou formação inicial do professor com a consideração dos conteúdos relativos à inclusão escolar como uma modificação significativa no currículo dos cursos de bacharelado em educação e uma forma de responder às necessidades e à sociedade que está em progresso contínuo. Considerando este estudo uma a contribuição de Kuhn 1962) para a concepção existente de ciência, onde se é incorporado o termo contexto social como uma linguagem, na interpretação de novos paradigmas e em sua tentativa de explicar e acomodar o comportamento de alguns aspectos importantes do mundo real; o que é possível relacionar com o desenvolvimento científico da Pedagogia. O referencial teórico e os métodos de estudo próprio possuem para a resolução de problemas imersos em um contexto social. Neste sentido, a pedagogia é considerada uma ciência porque é o que fornece o método para resolver o problema na educação ou no processo educacional, ou seja, que a pedagogia permite ao professor promover o seu espírito investigativo e que através das diferentes ferramentas que a investigação oferece pode resolver os problemas encontrados no seu trabalho pedagógico. Os desafios que o professor passa a enfrentar para compreender e assumir o seu papel na inclusão escolar. Tem o mote de contribuir para a sua compreensão e atenção na prática educativa, este artigo oferece uma síntese do estudo teórico e proposta reflexiva sobre possíveis conteúdos a serem incorporados na formação de profissionais da área pedagógica.

EDUCAÇÃO E CULTURA JUNTAMENTE COM

AGENDA 2030, ODS,

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (2017) , dirige e coordena a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e seus objetivos, que é orientada para o desenvolvimento sustentável, baseado na redução e erradicação dos índices de pobreza, bem como no equilíbrio dos oportunidades dos seres humanos nas diversas sociedades, aspiração possível por meio da educação, desde que proposta e caracterizada por ser inclusiva, equitativa e de qualidade; evidentemente centrado nos problemas sociais em correspondência com as desigualdades económicas.

A tecnologia e a ciência em seu avanço vertiginoso nos fazem pensar cada vez mais em novos significados do conhecimento, ao mesmo tempo em que se transformam os procedimentos e concepções das relações econômicas e socioculturais, onde são irrefutáveis os discursos sobre ciência, tecnologia e sociedade no contexto pedagógico que abraça a educação inclusiva.

Os modelos aprovados, com os quadros, nomeadamente por Ferrando & Páez (2015), demonstram que tem havido múltiplas formas de conceber a ligação ciência-tecnologia-sociedade. Porém, o que é mais aceito é o papel interativo de cada um dos membros desta trilogia, de modo que do ponto de vista educacional deve-se considerar que o desenvolvimento da ciência pedagógica, em sintonia com os avanços da tecnologia e da pesquisa científica, em cada momento e o contexto social adota concepções em relação à formação de cidadãos. Neste sentido, em particular, a Agenda Mundial 2030, anteriormente referenciada, apresenta a exigência de que os países garantam uma educação inclusiva de qualidade, enquanto a concretização dos restantes objectivos de desenvolvimento sustentável depende desta condição, considerando a inclusão um processo que ajuda a superar o obstáculos que limitam a presença, a participação e os resultados de aprendizagem de todos, fundamentalmente das mais novas gerações de cidadãos; Portanto, a educação inclusiva é valorizada no que diz respeito ao fortalecimento da capacidade dos sistemas educativos para chegar a todos.

É pensando nisso que acaba sendo complexo o desafio de propor a inclusão e a equidade nos sistemas e programas educacionais, colocando a formação de docentes para enfrentar tal desafio. Significa exigir as teorias do Sistema Pedagógico das Ciências, as concepções e práticas das Tecnologias de Informação e Comunicação, ao serviço do processo pedagógico e didático, bem como o conhecimento e a prevenção das realidades sociais que afetam a inclusão, tais como: todas as formas de exclusão, marginalização, vulnerabilidade e desigualdade no acesso, participação e cumprimento dos resultados da educação e da aprendizagem. Pensando na diversidade e os níveis de atenção como situação que permite generalizar a aprendizagem sem distinções. Estas avaliações apoiadas nas fontes consultadas apontam para a necessidade de formação de professores capazes de promover e evidenciar uma educação cada vez mais inclusiva, isto requer o conhecimento que a ciência pedagógica gerou e gera neste sentido, por outro lado, requer a aquisição de conhecimentos práticos; Para o que contribui a nova visão da tecnologia que exige dos professores a construção de estratégias e meios de ensino-aprendizagem que favoreçam a aprendizagem diversificada no contexto da diversidade dos alunos.

O DESENVOLVIMENTO DIDÁTICO

Pensando no desenvolvimento didático, tanto o professor quanto o aluno estão em um jogo um ou mais modos e necessitam de meios para acessar o conhecimento das ciências em estudo e das tecnologias presentes que explicam o desenvolvimento, a fim de facilitar o acesso, a construção, a compreensão e a implementação... colocar em prática o conteúdo aprendido nos diferentes contextos em que se passam.

Sendo de natureza social, onde ocorre na unidade escolar qualquer um dos locais que a compõem, transformando-a em uma microssociedade. A instituição educativa passa a assumir com grande importância as questões formadora e socializadora porque é onde os alunos da nossa sociedade começam a interagir com os s pares e começam a fortalecer competências sociais e a construir o conhecimento mútuo do seu cotidiano. e da sua realidade através da troca de costumes, experiências que os levarão a viver novas experiências

que lhes permitirão continuar e enriquecer a sua formação pessoal.
A instituição educativa representa para cada bebê e criança que nela ingressa a oportunidade de se preparar academicamente e socialmente na interação com os seus pares e com a comunidade educativa em geral; formação que beneficie o seu desenvolvimento holístico como cidadão do mundo, por isso a escola representa um contexto por toda a sua oferta de aprendizagem e deve estar com todos os tipos de alunos que tenham necessidades educativas e alguns, especialmente de natureza especial, para geralmente excluídos em determinados espaços.
Ao iniciar o desenvolvimento de inclusão, deve –se oferecer aos alunos com necessidades educacionais especiais a oportunidade de crescer e ingressar ativamente na sociedade por meio do relacionamento com seus pares, bem como a oportunidade de superar muitas de suas dificuldades, principalmente sociais, físicas e cognitivas. A a instituição, neste sentido se ressignifica e propõe um novo desafio pedagógico ao professor.
Diante do exposto, podemos considerar que no campo da pedagogia se enfrenta uma nova realidade na perspectiva da inclusão escolar e em particular dos alunos que possuem necessidades educacionais especiais; Isso nos obriga a repensar os meios de aprendizagem, a planta física da instituição e mais ainda a realidade da sala de aula; o que provoca a necessidade de formar um novo perfil docente que responda às necessidades sociais, baseado nos atuais avanços científicos e tecnológicos.
Conforme Valencia (2012), entre outros objetos, estuda as desigualdades sociais no exercício dos direitos humanos, e o papel que a escola deve desempenhar em conflitos desta natureza, um exemplo é no caso da inclusão escolar ; assim como a Antropologia Social a relaciona com a prática da educação intercultural.
Parrilla (2002) em sua Declaração de Salamanca relembra que patrocinada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura em 1990, pelo interesse e benefício de introduzir a noção de inclusão a nível internacional, cuja orientação a partir deste momento é assumida como princípio do direito de todos os meninos e meninas e de todas as pessoas, não apenas daqueles considerados pessoas com necessidades educativas especiais (NEE), neste sentido a inclusão educacional refere-se a partir deste momento a todos aqueles alunos que de uma forma ou de outra não beneficiam de educação, os excluídos.
Faz –se necessário observar as aceitações generalizadas por parte dos representantes de vários países, após uma análise comparativa, na qual se destacam as posições ideológicas e abordagens educativas sobre as diferenças na abordagem da diversidade cultural, social e pessoal entre as regiões. Evidentemente, neste momento destacou-se um predomínio de modelos clássicos de integração caracterizados por uma atenção limitada a propostas curriculares que acentuam a diversidade de abordagens pedagógicas e práticas de ensino baseadas nas necessidades educativas, o que implica a superação da segregação/ especialização e da integração/incorporação, questão que ainda não foi resolvida em todos os países, especialmente na região da América Latina.
É Claro, que existem muitas barreiras a superar, incluindo a compreensão da distinção entre integração e inclusão, aumentando a geração de currículos orientados para a educação inclusiva, enquanto há muitas que excluem oportunidades de aprendizagem, fundamentalmente em relação a pessoas que necessitam de necessidades educativas especiais (NEE), formar as competências profissionais exigidas aos professores para erradicar a sua resistência à heterogeneidade da sala de aula e para poder atender convenientemente à diversidade dos alunos, o que reduz as lacunas sociais e as lacunas associadas à pobreza.
Os currículos de formação de professores carecem de conteúdos conceituais e metodológicos para o tratamento pedagógico e didático da diversidade de expectativas e necessidades dos alunos, sem os quais as consequências se observam em contínua exclusão.

INSERÇÃO ESCOLAR

O processo educativo tem sido relacionado à população com necessidades educacionais especiais, é possível observar que inicialmente era conhecido pelo termo integração escolar , sendo seu conceito aquele que possibilitou o ingresso desse tipo de aluno no sala de aula de forma quase discriminatória, sem planeja-

mento ou preparo prévio dos agentes envolvidos; Depois, com uma perspectiva mais humana e equitativa, nos últimos anos o termo inclusão escolar foi redimensionado, com o propósito de permitir ao aluno nesta situação desenvolver suas capacidades pessoais, sociais e intelectuais em condições de igualdade e equidade de educação à população escolar.

As regulamentações no Brasil têm-se avançado em específicas pesquisas para a inclusão escolar de alunos com NEE que exigem a melhoria das condições para que as instituições educativas façam os ajustes e modificações pertinentes, nas infraestruturas e nos aspectos administrativos que dizem respeito ao projeto institucional educacional.

Compreender o conceito de aluno com necessidades educativas especiais e de pessoa com deficiência de um ponto de vista mais humanista e anti-segregado do que os utilizados anteriormente, incluindo: deficiência, deficiente, incapacidade; etc. Sendo entendido a partir de um sentido social e infere-se que são pessoas que realizam algumas das suas atividades de forma diferente das outras, razão pela qual deve ser apoiada a sua independência no seu ambiente familiar e social. Este novo conceito amplia-o porque leva em conta as diversas formas como os alunos enfrentam o processo de inclusão e todas as mudanças que ele implica.

As políticas públicas de Ensino Superior na América Latina tendem a justificar a inclusão educacional, apenas ao nível do cuidado às pessoas com deficiência em termos de cumprimento dos direitos humanos, mas não tendo em vista também os direitos das pessoas sem deficiência, e a realidade apoiados pela investigação mostra que estas políticas não são integralmente ou em todos os casos cumpridas porque menos atenção é dada ao professor que deve ser formado com as competências necessárias para poder educar inclusivamente. A outra parte da questão é que uma vez que as pessoas com deficiência são aceitas em um centro educacional, a realidade da sala de aula desmorona os propósitos tão bem desenhados para esse fim, um olhar por toda a América Latina mostra isso.

É claro que é necessária uma visão e um conhecimento profundo da educação inclusiva, favorece o fato de estar presente nas regulamentações internacionais, apoiadas em leis e políticas, mas devemos continuar a construir caminhos e estratégias que beneficiem as mudanças educativas que se aspiram baseada na equidade, nos direitos e na igualdade de oportunidades; bem como que sem profissionais suficientes e preparados, as transformações desejadas não serão possíveis a nível internacional e especialmente a nível nacional em muitos Estados. Os professores devem se preparar para ensinar a partir das diferenças, ou seja: conhecer linguagens para surdos, cegos, diagnósticos e talentos abrangentes, saber utilizar mídias, tecnologias, materiais didáticos e pedagógicos que contribuam para um ensino-aprendizagem com caráter inclusivo; que exige qualificação profissional integral e competitividade que favoreça a educação para todos.

Precisamos com urgência melhorar a formação profissional a partir da concepção de universidades inclusivas não é tarefa fácil, mas é possível. São conhecidas as aspirações de políticas sociais, governamentais e educacionais que denotam a vontade, mas ainda não foram alcançados os níveis de progresso correspondentes às aspirações e, sobretudo, a uma ampla visão pedagógica de atenção à diversidade; prevalece a implantação para educar pessoas com deficiência, ela ainda é exclusiva do restante da população que, seja com maior ou menor potencial de aprendizagem, também precisa de atenção. A inclusão em si é o conteúdo do todo humano social.

A população com necessidades educacionais especiais mais graves e com exigências mais especializadas, vinculadas aos Programas de Educação Especial que vêm sendo promovidos pelas Secretarias de Educação, não recebe a atenção que deveria ser prestada de acordo com suas necessidades e tem comumente afetados por se encontrarem imersos em uma sociedade fechada com espaços delimitados e até restritivos que impedem seu desenvolvimento a nível intelectual, psicossocial e cultural.

Deve-se neste sentido encontrar uma forma de favorecer esta população que está inserida nas diferentes instituições de ensino; com preparação adequada do corpo docente e fazendo uso da tecnologia e dos recursos necessários. É necessário salientar então que nos programas de formação, formação e atualização de professores, em nível universitário

e muitos deles virtuais, não disponibilizam ferramentas adequadas, nem pedagógicas nem específicas para a inclusão dessa população.
Apesar da previsão regulatória e das facilidades tecnológicas disponíveis para o acesso à informação, existem barreiras, principalmente de natureza atitudinal, uma vez que se constata que um número representativo de diretores e professores desconhece o significado humanístico, antissegregante e democrático da inclusão escolar . uma das maiores limitações que tem surgido para que este processo seja realizado com certo grau de sucesso.
Os alunos que possuem reconhecimento de necessidades educacionais especiais, tanto intelectuais quanto de qualquer outra classificação, não seja uma questão desconhecida no sistema educacional, também não é desconhecido que geram múltiplas angústias nos professores, uma vez que há um mito de que é preciso procurar ou conhecer metodologias ou estratégias ou meios de ensino específicos e que são de tal magnitude que é necessária a especialidade de um professor para garantir que esses alunos com maiores necessidades especiais atinjam os objetivos traçados pelo sistema educacional.
Isso confirma e mostra que o problema aqui destacado reside principalmente nas atitudes que gestores e professores têm para atender às diversas necessidades educacionais, devido ao grau de desconhecimento para enfrentá-la, baseado na falta de formação inicial, contínua e permanente desses profissionais; Além disso, requer a unificação de critérios claros e viáveis, formação com metas específicas mensuráveis e alcançáveis por parte do governo nacional para comprometer os professores a assumirem este desafio pedagógico.
A formação inicial de professores sob o conceito de educação inclusiva foi e é objeto de diversas polêmicas, a partir da variedade de critérios utilizados em torno do tema.
Diante do Exposto, a respeito às funções do professor inclusivo, Fajardo (2017) aponta a sua grande diversificação, baseada nas mudanças socioeconômicas dos diferentes países, além da complexidade a que tem estado sujeito nos últimos anos; Por isso, a responsabilidade atual do profissional deve ser o ponto de partida; se o professor não tiver consciência disso, não alcançará as mudanças que a sociedade e as respostas às políticas educacionais de inclusão exigem.
A preocupação é latente no cenário internacional quando é identificada com a formação de profissionais para escolas inclusivas. A tendência mais difundida é a especialização docente para abordar a inclusão, inclusive em vários países é considerada a melhor opção para profissionalizar um professor de educação especial cujo campo de atuação são os centros especializados. A polêmica em nível internacional é se este é o melhor entendimento do assunto ou se é necessário formar um professor a partir de uma concepção integral para abordar a diversidade. Neste caso, debate-se também entre a existência paralela do sistema de ensino geral e do sistema de ensino especial ou se o mesmo sistema inclui ambas as áreas numa mesma escola que serve toda a diversificada população estudantil sob a responsabilidade dos professores e dos próprios sistema. Neste caso, devem ser reformuladas as concepções de formação inicial de professores e, portanto, seus papéis para a atuação profissional, mesmo quando esta exija apoio e aconselhamento especializado em determinado momento; para além das áreas de intervenção pedagógica e didática e no contexto não só da comunidade educativa mas também social.
O professor contém as competências necessárias para fornecer soluções aos problemas educacionais que surgem durante sua atuação. Nesse sentido, a formação inicial do profissional deve considerar os conteúdos necessários e relevantes para a prática diante da diversidade. Portanto, o desenvolvimento de estratégias eficientes considerando padrões relacionados às aspirações e necessidades sociais é uma exigência da formação.
O tema é entendido no campo da educação como uma dimensão social muito importante que também é influenciada por fatores de natureza política e económica com repercussões éticas e culturais, que marcam uma ideologia; Neste caso, a ideologia de uma escola inclusiva visa mais precisamente apoiar e implementar aplicações integradoras que formem professores com competências básicas para o desempenho da sua atividade profissional de acordo com a atenção à diversidade, longe das manifestações exclusivas da formação do próprio profissional, então também se destaca como diverso.

Para Calvo (2013) , a importância de se valorizar que a formação de professores para a inclusão educacional na América Latina deve ser permeada por uma aprendizagem conceitual que englobe equidade, igualdade e inclusão; Este deve ser formado na sensibilidade a partir da compreensão da vulnerabilidade.
Em vários países, há ênfase em trabalhar áreas em todas as licenciaturas da educação para preparar os professores para enfrentar a realidade do processo de inclusão escolar a partir da pedagogia, da mídia e dos recursos didáticos em sala de aula; e diferentes propostas foram feitas.

Os professores são essenciais, mas para isso devem compreender e preparar-se desde a sua formação inicial com as competências necessárias para implantar práticas pedagógicas e didáticas capazes de enfrentar o desafio da diversidade e da inclusão.
Conforme essas lógicas, considera-se que um dos aspectos necessários é o aperfeiçoamento do currículo das licenciaturas em educação nas universidades para formar professores que sejam capazes de realizar o processo de inclusão desta comunidade na sala de aula e na instituição de ensino. Isto mudaria a atitude do professor em relação ao processo, traduzindo-se no seu sucesso.
Diante disso, podemos acrescentar-se a mudança atitudinal do professor para unificar a nível nacional os critérios gerais de construção e execução do processo de inclusão escolar dos alunos com NEE e também promover o conhecimento e a apropriação destes; situação que pode ser facilitada com o uso das tecnologias de informação e também proporcionar autonomia a cada instituição para adaptá-la à realidade das suas condições e do seu ambiente, pensando numa nova educação baseada na equidade e na qualidade.
Pensando no conjunto, vale a pena considerar aspectos como a sensibilização da comunidade educativa e da sociedade em geral sobre a importância deste processo; o que contribui para o desenvolvimento de potencialidades e competências nos profissionais que devem enfrentar esta realidade de forma ideal e formar equipes interdisciplinares suficientes para fortalecer e garantir um melhor desenvolvimento pessoal e social da população e em particular daqueles com necessidades educativas especiais.

Diante disso, do ponto de vista conhecedor e pedagógico, os professores, por meio da reflexão sobre os resultados das suas práticas, podem começar a sentir a sensibilidade social e humana para com esta população, procurar uma formação adequada e promover, entre os alunos, uma cultura de inclusão , camaradagem e solidariedade, motivando ao mesmo tempo a realização de outros estudos específicos ou a implementação de projetos presenciais que conduzam à integração e ao fortalecimento do potencial dos alunos pertencentes a essa população.
Podemos compreender a importância de que a formação inicial do professor representa apenas o ponto de partida porque na tarefa pedagógica ele encontrará novos desafios que o levarão a aprendizagens diferenciadas sobre o tema ao longo de sua vida profissional.
Atualmente, a formação inicial de professores necessita de um novo perfil que possua as ferramentas necessárias e suficientes, com as bases práticas e teóricas que os levem ao sucesso na sua prática profissional que responda a esta sociedade dinâmica e diversificada.
Há também a preparação daqueles profissionais de diversas áreas (advogados, engenheiros, contabilistas, arquitectos, etc...) que assumem o papel de professores do sector público no ensino secundário e nas universidades, que podem têm a oportunidade de receber alunos com NEE em suas salas de aula e devido ao desconhecimento do processo de inclusão dessa população, não conseguem prestar a atenção necessária e até ocasionam o fracasso escolar como consequência.
Os programas de formação de professores podem ser considerados como mínimos, entre outros conteúdos igualmente precisos: o conhecimento sobre a situação de diversidade e a familiarização com as diferentes formas de apoio e orientação, temas específicos e competências relacionadas com a observação da aprendizagem e do comportamento das crianças e jovens. Adicionalmente, desenvolver a consciência das variáveis que afetam o desenvolvimento e o progresso no processo educativo; como são detectadas as necessidades do aluno com necessidades educacionais especiais no seu desenvolvimento físico, sensorial, comportamental e de aprendizagem; conhecer a importância do papel dos pais na formação dos alunos pertencentes a esta po-

pulação; compreender e conhecer também os passos que devem ser dados para modificar a organização da instituição, da turma, do currículo e dos meios de aprendizagem.
Diante deste exposto, reitera-se a urgência de que é necessário com o maior foco que currículo dos cursos de bacharelado em educação nas universidades, passem a preparar profissionais nos diferentes âmbitos escolares e com as suas competências que surgem das necessidades explícitas da atual educação colombiana nos níveis pré-escolar, primário, secundário e universitário, bem como aquelas expressas sobre professores atuantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo uma necessidade latente e fundamental de todo educador responder aos processos de inclusão de alunos com necessidades educativas especiais em instituições de ensino no Brasil.
Para podermos avançar na educação com um grau de equidade, a inclusão precisa com urgência ser compreendida e abordada de forma real, eficiente e de qualidade, fazendo-se necessária um sistema educativo que promova o acesso a um processo de aprendizagem adequado às necessidades de alunos e professores preparados para enfrentar os desafios que a inclusão impõe.
A inovação na universidade é necessária repensando o perfil do profissional, o currículo e a regulamentação da formação dos egressos em educação para abordar a inclusão escolar, rumo à prática de um processo pedagógico condizente com a realidade do contexto dos alunos que atende em sala de aula e que fazem parte de uma sociedade dinâmica e diversificada.
A inclusão escolar é um desafio pedagógico que exige mudanças na missão do professor, dada a diversidade presente na sociedade que almeja educar de acordo com a essência do ser humano. Envolve, portanto, uma ressignificação da profissionalização docente condizente com isso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALVO, G. Formação de professores para inclusão educacional . Educ. 6(1). 2013.
ESPINOSA, C., GÓMEZ, V., & CAÑEDO, C. Integração ou inclusão? Ensino superior equatoriano e acesso integral para estudantes com deficiência . Revista Ciência e Sociedade, 37(3), 1-19. 2012.
FAJARDO, S. Educação Superior Inclusiva em alguns países da América Latina : Avanços, Obstáculos e Desafios . Universidade de Manizales-Cinde. Revista Latino-Americana de Educação Inclusiva, 11(1), 171-197. 2017.
KUHN, T. A Estrutura das Revoluções Científicas . Fundo de Cultura Econômica. 1962.
MORENO, AM. Infância, política e deficiência . (Tese de doutorado). Universidade nacional da Colômbia. 2010.
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. A Agenda Mundial da Educação 2030 . Unesco. 2017.
SAMANIEGO, P. Pessoas com deficiência e acesso a serviços educacionais na América Latina. Breve Análise da Situação . Grupo Editorial CINCA. 2009.